



Unidades de Conservação
Estaduais do Pará na Região da

CALHA NORTE

do Rio Amazonas





Simão Robison Oliveira Jatene
Governador do Estado do Pará

Helenilson Cunha Pontes
Vice-Governador do Estado do Pará

José Alberto Colares
Secretário de Estado de Meio Ambiente

Rubens Sampaio Borges
Secretário Adjunto de Meio Ambiente

Paulo Sérgio Altieri dos Santos
Diretor de Áreas Protegidas

Carlos Alberto Monteiro
Coordenador de Gestão de Unidades de Conservação

Joanísio Cardoso Mesquita
Gerente das Florestas Estaduais da Calha Norte

Rubens de Aquino Oliveira
Gerente da Estação Ecológica do Grão-Pará e
Reserva Biológica do Maicuru

Marcélia da Silva Correa
Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida
Miguel de Bulhões Carvalho de Melo Rodrigues
Rodrigo Vieira Benaduce
Equipe Técnica das Unidades de Conservação da Calha Norte
CUC/Diap/Sema-PA

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Travessa Lomas Valentinas, 2717, Bairro Marco
CEP: 66095-770 Belém – Pará – Brasil
Fone: (55) 91 3184-3358
<http://www.sema.pa.gov.br>

Copyright © 2012
Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema)
Instituto do Homem e
Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
Todos os direitos reservados

Edição de Texto
Daniel Santos (Imazon)
Pesquisador Assistente II

Gláucia Barreto
Consultora

Colaboradores
César Haag (CI-Brasil)
Coordenador de Socioeconomia

Léo Eduardo de Campos Ferreira (Imaflora)
Coordenador I de Projetos

Joanísio Mesquita (Sema)
Gerente das Florestas Estaduais da Calha Norte

Mariana Vedoveto (Imazon)
Pesquisadora Assistente II

Projeto Gráfico e Editoração
Luciano Silva e Roger Almeida
www.rl2design.com.br

o Apresentação

Em dezembro de 2006, o Governo do Estado do Pará criou cinco Unidades de Conservação (UC) na Calha Norte do rio Amazonas, uma região de alta prioridade para conservação da biodiversidade e com grande parte do seu território ainda coberta com florestas primárias. Essa iniciativa foi parte de um plano maior do Governo do Pará para promover o uso sustentável e conservação das florestas no Estado.

As UCs criadas foram as Florestas Estaduais (Flota) do Paru (3,6 milhões de hectares), do Trombetas (3,2 milhões) e de Faro (0,63 milhão), a Estação Ecológica (Esec) do Grão Pará (4,2 milhões, maior UC em florestas tropicais do mundo) e a Reserva Biológica (Rebio) do Maicuru (1,2 milhão), totalizando 12,8 milhões de hectares. Além disso, a região abriga 7,2 milhões de hectares de Terras Indígenas (TI), 1,3 milhão de hectares de UCs federais, 0,4 milhão de hectares de Terras Quilombolas (TQ) e outras duas UCs estaduais, que somam quase 60 mil hectares.

Trata-se do maior conjunto de Áreas Protegidas do planeta em um único estado, com cerca de 22 milhões de hectares - uma área equivalente aos Estados do Paraná e Alagoas reunidos. Em conjunto com as Áreas Protegidas do Amapá e do Amazonas, elas formam o maior corredor de

biodiversidade do mundo. A Calha Norte também está inserida no centro de endemismo das Guianas, uma região prioritária ao planejamento e ações de conservação.

Recentemente, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema-PA), com parceria do Imazon na execução e contribuição de um consórcio* de instituições, elaborou, aprovou e publicou os Planos de Manejo das três Flotas da Calha Norte: Paru, Faro e Trombetas. Esses planos preveem que o manejo dos recursos florestais na região ocorrerá por meio de concessão florestal. Do mesmo modo, foram concluídos e aprovados os Planos de Manejo da Esec Grão Pará e da Rebio Maicuru, em parceria com a Conservação Internacional e contribuição do Imazon. Essas ações tornam possível o desenvolvimento sustentável de toda a Calha Norte.

O objetivo deste encarte é resumir as informações sobre as Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte. O público alvo são quilombolas, extrativistas e pequenos produtores, governos municipais, órgãos estaduais e federais com atuação na Calha Norte e formadores de opinião.

CALHA NORTE

Possui o maior conjunto de Áreas Protegidas do planeta em um único Estado, com cerca de 22 milhões de hectares.

* O consórcio atualmente possui as seguintes instituições: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Floresta Tropical (IFT), Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil) e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor). Até 2011, o Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg) e a Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) colaboraram no consórcio para elaboração dos Planos de Manejo das UCs.

o A Calha Norte do Estado do Pará

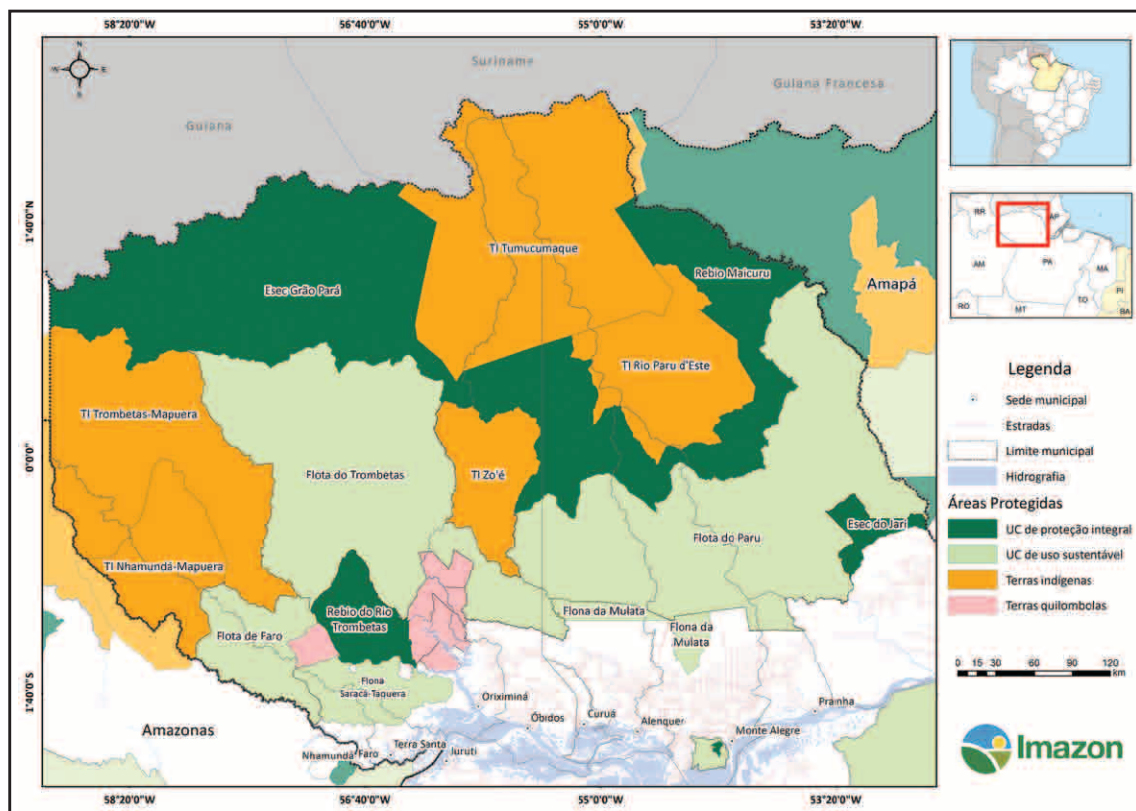
Localizada ao norte do rio Amazonas, a Calha Norte do Pará possui 28 milhões de hectares, distribuídos entre nove municípios.

Municípios da Calha Norte

Município	População em 2010	Área (hectares)
Alenquer	52.626	2.364.537
Almeirim	33.614	7.295.453
Curuá	12.254	143.115
Faro	8.177	1.177.060
Monte Alegre	55.462	1.815.251
Óbidos	49.333	2.802.134
Oriximiná	62.794	10.760.322
Prainha	29.349	1.478.667
Terra Santa	16.949	189.650
Calha Norte	320.558	28.026.190

Fonte: IBGE

A Calha Norte do Estado do Pará



o Unidades de Conservação

O que são Unidades de Conservação?

- Unidade de Conservação é um tipo de Área Protegida criada e administrada pelo governo federal, estadual ou municipal conforme determina a Lei n.º. 9.989/2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc).

Qual o objetivo de uma UC?

- Conservar as funções econômicas, sociais e ambientais das florestas e, em alguns casos, promover o uso sustentável dos seus recursos naturais.

O Snuc fornece as diretrizes e procedimentos oficiais para a criação, implantação e ges-

ção dessas áreas. Ele classifica essas unidades em dois grupos:

Grupo de Proteção Integral

Essas unidades são criadas em áreas onde o ambiente e os recursos naturais precisam ser preservados de forma natural, isto é, sem a interferência humana. Nessas UCs os recursos naturais somente podem ser utilizados de forma indireta, ou seja, sua exploração não pode visar ao lucro (i.e. mineração, agropecuária, hidrelétrica etc.).

Neste grupo há cinco categorias: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque – Nacional (PN), Estadual (PE) ou Municipal (PM) –, Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

Na Calha Norte paraense há três categorias de UCs estaduais de proteção integral:

Categorias	Objetivo	Permitido	Proibido
Esec	Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas	Pesquisa científica mediante autorização; Recuperação ambiental	Visitação pública, exceto com objetivo educacional
Rebio	Preservar integralmente a biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais	Pesquisa científica mediante autorização; Ações de recuperação ambiental	Visitação pública; Exploração dos recursos naturais
PE	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica	Atividades de educação ambiental, contato com a natureza e turismo ecológico; Pesquisa científica mediante autorização	Exploração dos recursos naturais

Grupo de Uso Sustentável

Essas unidades são criadas em áreas onde é possível explorar os recursos naturais (madeira, produtos não madeireiros, turismo etc.) de forma sustentável e ao mesmo tempo conservar o ambiente.

Neste grupo há oito categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Floresta Nacional (Flona), Floresta Estadual (Flota), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Na Calha Norte paraense há duas categorias de UCs estaduais de uso sustentável. Abaixo, seus objetivos e características.

Categorias	Objetivo	Permitido	Proibido
APA	Proteger a diversidade biológica; Disciplinar o processo de ocupação; Assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais	Pesquisa científica; Visitação pública	Atividades econômicas ambientalmente incompatíveis
Flota	Fazer uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais; Realizar pesquisa científica com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas	Pesquisa científica; Concessão florestal	Atividades econômicas ambientalmente incompatíveis

Funções das Unidades de Conservação

- Proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos;
- Fiscalização e monitoramento da região;
- Geração de produção sustentável dos produtos florestais (madeireiros e não madeireiros);
- Geração de benefícios sociais e econômicos para as populações tradicionais e população em geral dos municípios*;
- Geração de oportunidade de desenvolvimento de atividades de recreação, turismo e pesquisa científica;
- Aumento da receita pública (federal, estadual e municipal) com taxas e impostos provenientes das atividades de manejo sustentável por meio de concessão florestal;
- Evita a ocupação ilegal de terras públicas (grilagem);
- Ajuda a amenizar os efeitos do aquecimento global; e
- Promoção de serviços ambientais como produção de água, controle de enchentes e manutenção do clima.

* O Imazon liderou estudo sobre o “Potencial Econômico nas Florestas Estaduais da Calha Norte”. O *download* deste trabalho está disponível em: <http://bit.ly/K0F8Sr>.

CONCESSÃO FLORESTAL

O que é concessão florestal?

É o ato de conceder a empresas selecionadas o direito de explorar de forma manejada os recursos florestais de florestas públicas (Flona ou Flota) ou de áreas de glebas estaduais ou federais mediante pagamento, entre outras obrigações, tais como: realizar investimentos na área concedida, recuperar as áreas degradadas, pagar as auditorias florestais etc.

Este modelo de gestão de florestas públicas é legalizado desde 2006 no Brasil e é regulado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006).*

Como ocorre a seleção dessas empresas?

As empresas florestais são escolhidas em um processo de seleção chamado de licitação. Os critérios incluem, entre outros:

- Menor impacto ambiental;
- Melhor preço;
- Maior benefício social local.

Quem seleciona as empresas?

No caso das Flotas, essa seleção é feita pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor), um órgão criado pelo Governo do Estado do Pará para promover a concessão florestal. No caso das Flonas, a seleção é realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Quem recebe o dinheiro pago pelas empresas?

Grande parte do pagamento feito pelas empresas pelo direito de uso de áreas das Flotas será dividido igualmente entre estados e municípios.

No final de 2011, o Ideflor publicou edital de licitação para concessão florestal em aproximadamente 430 mil hectares da Flota do Paru, o que equivale a 12% dos 3,6 milhões de hectares dessa Flota.

* Mais detalhes na publicação “As Concessões de Florestas Públicas na Amazônia Brasileira”, disponível para consulta em <http://bit.ly/K0A2FO>.

As Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte do Pará



Em 2006, o Governo do Estado do Pará criou cinco UCs na Calha Norte paraense, que abrangem cerca de 12,8 milhões de hectares. Essas UCs,

somadas às TIs, TQs e UCs federais da região, formam o maior bloco de Áreas Protegidas do planeta em um único estado, com 22 milhões de hectares.

Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte criadas em 2006

Unidade de Conservação	Área (ha)	Localização (municípios)	Observação	Grupo
Flota do Paru	3.612.914	Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos	Maior UC de uso sustentável em florestas tropicais do mundo	Uso Sustentável
Flota do Trombetas	3.172.978	Oriximiná, Óbidos e Alenquer	Possui grande potencial para uso florestal de produtos não madeireiros (castanha-do-brasil)	
Flota de Faro	613.867	Faro e Oriximiná	Possui grande potencial para uso florestal manejado	
Esec do Grão Pará	4.245.819	Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre	Maior UC em florestas tropicais do mundo	Proteção Integral
Rebio Maicuru	1.151.761	Monte Alegre e Almeirim	Incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Paru e Jari.	



o O MZEE e a criação das Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte do Pará

A criação das UCs na Calha Norte do Pará em 2006 foi parte de um plano maior do Governo do Estado do Pará no âmbito do Macrozoneamento Ecológico Econômico (MZEE). O MZEE do Estado do Pará foi instituído em 2005 pela Lei nº 6.745*.

O que é o Macrozoneamento Ecológico-Econômico?

O MZEE é a destinação das áreas (zonas) do estado para os usos mais adequados de acordo com suas características.

OBJETIVOS:

- Estabelecer uma maneira que possibilite usar os recursos naturais e ao mesmo tempo preservar e conservar a natureza; e
- Fazer o levantamento e monitoramento regular do território do estado conforme as tendências e o desenvolvimento científico e tecnológico, garantindo que amostras representativas dos ecossistemas do território sejam conservadas.

O MZEE distribuiu a área territorial do Estado do Pará em quatro grandes zonas:

- i) TIs, que ocupam pelo menos 28% do território estadual;
- ii) UCs de uso sustentável existentes e sugeridas (27% do estado);

- iii) UCs de proteção integral existentes e propostas (10% do estado); e
- iv) Zona para a consolidação e expansão de atividades produtivas, áreas de recuperação e áreas alteradas (35% do estado).

O MZEE indicou para a região da Calha Norte a criação de UCs por identificar a importância ecológica da região e a existência de extensas áreas devolutas do estado. Alguns estudos já apontavam para o risco de grilagens e avanço do desmatamento nessa região. Dessa forma, o Governo do Estado do Pará juntamente com instituições parceiras iniciaram as discussões para a criação das UCs estaduais, que se efetivou em 2006.

A partir do MZEE é realizado o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que é o zoneamento detalhado de cada região do estado: oeste, leste, calha norte, Marajó e nordeste. Este ZEE deve ser elaborado, aprovado e ratificado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Em 2010, foi realizado o ZEE para a região da Calha Norte do Pará, que foi aprovado pela Lei Estadual nº 7.398/2010. Mas o Conama ainda precisa ratificá-lo para que seja implementado.

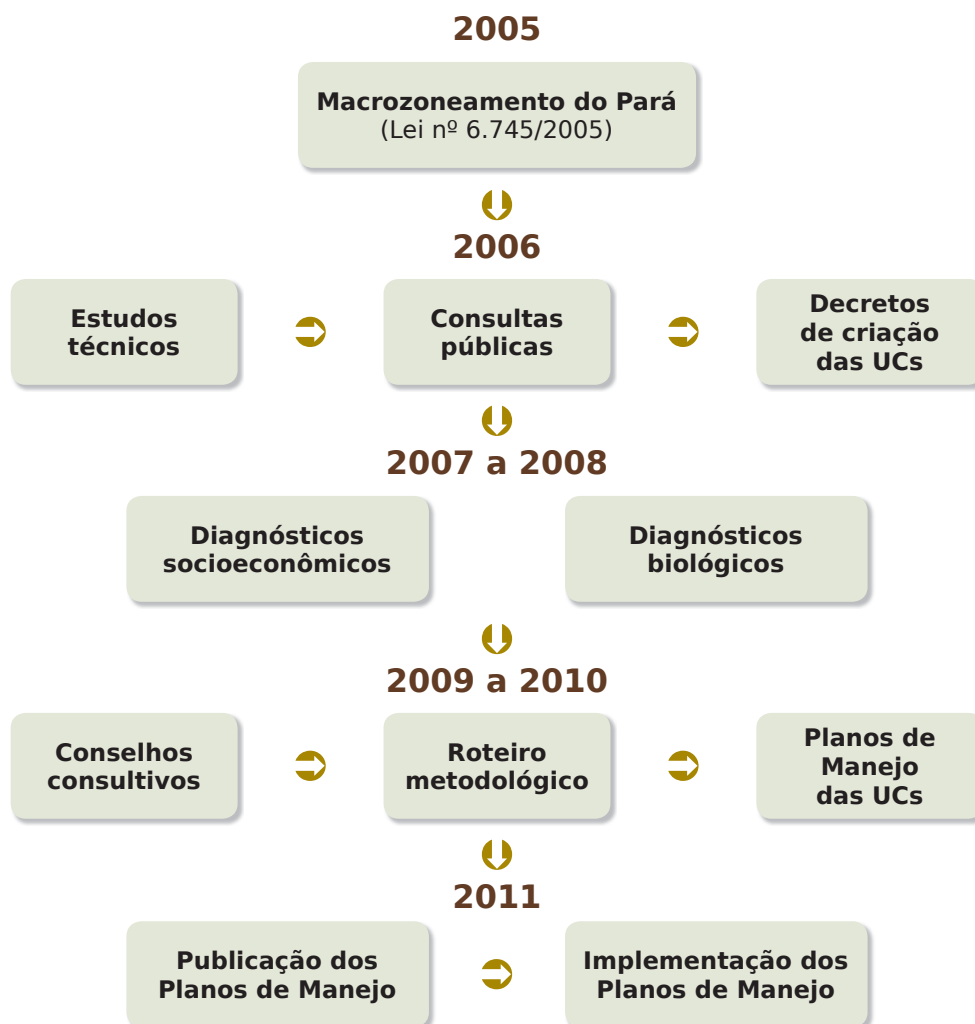
Após a criação das UCs da Calha Norte paraense, o passo seguinte foi implantá-las.

* Link do decreto: <http://bit.ly/K0EFQ9>

o Gestão das Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte do Pará

A gestão das UCs estaduais é feita pela Sema-PA por meio de sua Diretoria de Áreas Protegidas (Diap).

Linha do tempo das UCs estaduais da Calha Norte



A Implementação das UCs Estaduais da Calha Norte

A implementação das UCs envolveu diversas atividades:

- Desenvolver um plano de ação no qual foram definidos explicitamente os papéis das várias instituições envolvidas na implantação das UCs;
- Montar a infraestrutura física de apoio e contratar pessoal técnico para as UCs;
- Formar o **conselho consultivo**, representado por todos os interesses da UC, o qual auxilia em sua gestão;
- Desenvolver paralelamente inúmeras pesquisas de campo e de laboratório para servir de base para o **Plano de Manejo da UC**;
- Desenvolver mecanismos financeiros de sustentabilidade de longo prazo para garantir investimentos permanentes para o funcionamento das UCs.

Algumas dessas atividades já foram concluídas e outras ainda estão sendo realizadas pela Sema-PA em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil), Instituto Floresta Tropical (IFT), Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor) Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg) e Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ).

Formação dos Conselhos Consultivos* das UCs Estaduais da Calha Norte

As principais atribuições dos conselhos consultivos das UCs são:

- Elaborar seu regimento interno;
- Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da UC;
- Buscar a integração da UC com outras Áreas Protegidas e com o seu entorno;
- Conciliar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- Avaliar o orçamento da unidade e seus relatórios financeiros anuais;
- Manifestar-se sobre obras ou atividades potencialmente causadoras de impactos dentro ou no entorno da UC;
- Propor regras e ações para melhorar a relação entre a administração da unidade e a população residente em seu interior ou ao redor da UC.

Em 2010, a Sema-PA, em parceria com o consórcio de instituições, implantou os conselhos consultivos das três Flotas da Calha Norte. Eles são compostos por pessoas que representam todos os interesses das UCs, conforme determina o Snuc. Os presidentes dos conselhos são os gerentes das próprias Flotas. Os demais conselheiros foram definidos em oficinas em seis municípios (Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Faro), abertas à população e instituições. Visando qualificar a participação desses conselheiros na gestão das UCs, eles são continuamente capacitados em temas de relevante interesse, e recentemente desenvolveram seu primeiro Plano de Ação para o biênio 2012/2013, estabelecendo objetivos e atividades que guiarão sua atuação frente a gestão das Flotas da Calha Norte. A formação dos conselhos da Esec do Grão Pará e da Rebio Maiucuru está prevista para 2012.

* Outras informações na publicação “Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento”, disponível em: <http://bit.ly/K0DJcD>.

Os Conselhos Consultivos das Flotas

Cada conselho está auxiliando a Sema-PA no funcionamento de sua Flota. Fazem parte dos conselhos das Flotas:

Flota do Trombetas

Presidente/Gerente: Sema-PA

Conselheiros: Ideflor, Prefeituras Municipais de Oriximiná, Óbidos e Alenquer, Poder Legislativo dos municípios de Oriximiná, Óbidos e Alenquer, UFPA, Emater/Óbidos, Funai Belém, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do Município de Oriximiná e Óbidos, Instituto Gaia de Defesa das Águas, Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé, Associação de Moveleiros do Município de Oriximiná, Associação Comunitária das Comunidades da Área do Repartimento de Óbidos (ACDAR), Unidade Integrada de Defesa Ambiental de Oriximiná, Associação de Apoio ao Meio Ambiente e a Vida (AAMAV), Paróquias dos municípios de Oriximiná e Óbidos, Associação dos Povos Indígenas Mapuera e Associação dos Povos Indígenas Apitikatxi.

Flota do Paru

Presidente/Gerente: Sema-PA

Conselheiros: Ideflor, Prefeituras Municipais de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Prainha, Poder Legislativo dos municípios de Monte Alegre, Alenquer e Almeirim, ICMBio, Sema-AP, Incra de Monte Alegre, Emater Regional Médio Amazonas, Funai/Brasília, Funai/Amapá, Adepará – Monte Alegre, PDS Paraíso de Alenquer, Associação dos Assentamentos do PDS Serra Azul de Monte Alegre, Asmacuru, Aprovida, Missão Franciscana de Monte Alegre, Fundação Orsa, Amoexpa, Cooperflora, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) dos municípios de Almeirim, Monte Alegre e Alenquer, Associação do Horto Florestal, Fiepa, Sinpruma, Cooperativa Industrial de Moveleiros de Alenquer, Grupo Orsa Florestal e Comapej.

Flota de Faro

Presidente/Gerente: Sema-PA

Conselheiros: Ideflor, Prefeituras Municipais de Faro e Oriximiná, Poder Legislativo dos municípios de Faro e Oriximiná, ICMBio, Emater/PA, UFPA/Oriximiná, Funai/Belém, Funai/Parintins, Comunidade Monte São, Comunidade Português, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira, STTR dos municípios de Faro e de Oriximiná, Colônia de Pescadores Z-76 de Faro, Paróquia do município de Faro, Unidade Integrada de Defesa Ambiental de Oriximiná, Associação dos Povos Indígenas Mapuera e Comissão Geral dos Povos Hixkaryanas.

Os Planos de Manejo das UCs Estaduais da Calha Norte

A elaboração dos planos foi coordenada pela Sema-PA e o consórcio de instituições. No caso dos Planos de Manejo das Flotas, o Imazon liderou a redação. No processo de elaboração também participaram as prefeituras locais, representantes de populações tradicionais que habitam as Flotas e o conselho consultivo de cada UC. A seguir, um resumo das etapas de elaboração dos Planos de Manejo.

Flotas

Elaboração: A elaboração dos Planos de Manejo das Flotas criadas em 2006 seguiu três etapas:

1ª etapa: Entre 2008 e 2009, a Sema-PA e as organizações parceiras produziram diagnósticos socioeconômicos e biológicos da região, os quais descrevem a situação social da população que reside nos arredores ou dentro das Flotas e a biodiversidade existente em suas áreas florestais. Esses diagnósticos serviram de base para a elaboração do Plano de Manejo das UCs.

2ª etapa: Entre 2009 e 2010, foram feitas análises integradas e avaliações estratégicas para gerar o zoneamento e os seus programas de manejo para implantação da infraestrutura, uso público e fiscalização. No caso das Flotas, também foi feita uma análise do potencial econômico da floresta.

3ª etapa: A etapa seguinte foi reunir todas as informações e escrever os planos, o que foi concluído em 2010.

Aprovação: Em 2010 e 2011, os planos foram aprovados pela Sema-PA. Antes disso, foram validados pelas instituições e pelas comunidades existentes nas Flotas.

Publicação: Em 2011, os planos de manejo das Flotas do Paru, do Trombetas e de Faro foram finalmente publicados por meio de portaria da Sema-PA. Eles estão disponíveis nas sedes das UCs e nos sítios eletrônicos da Sema-PA (www.sema.pa.gov.br) e do Imazon (www.imazon.org.br).

Esec e Rebio

Elaboração: A elaboração dos planos de manejo da Esec e da Rebio criadas em 2006 seguiu duas etapas.

1ª etapa: Entre 2008 e 2009, a Sema-PA e as organizações parceiras produziram diagnósticos socioeconômicos e biológicos da região, os quais descrevem a situação social da população que reside nos arredores ou dentro das UCs e a biodiversidade existente em suas áreas florestais. Esses diagnósticos serviram de base para a elaboração do plano de manejo das UCs.

2ª etapa: Entre 2009 e 2010, foram definidas as diretrizes, o zoneamento e os programas para a implantação da infraestrutura e fiscalização.

Aprovação: Em 2011, os planos de manejo foram aprovados. Antes disso, foram validados pelas instituições e pelas comunidades existentes na Esec e na Rebio.

Publicação: A publicação desses planos está prevista para 2012.

No Plano de Manejo de cada UC está descrito o zoneamento da unidade e os programas de manejo para sua implantação.

o Zoneamento de Unidades de Conservação

Dentro de uma UC pode haver áreas com diferentes características, desde aquelas onde pode haver alta intervenção humana até áreas onde não pode haver qualquer forma de intervenção. Zonar é justamente dividir o território da UC determinando que atividades

podem ser desenvolvidas em cada uma dessas áreas.

De acordo com o *Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará*, cada UC pode ser dividida em até oito zonas.

Zonas principais de uma UC

Zona	Prioridade para conservação	Intervenção humana	Atividades permitidas
Intervenção Nula	Alta	Não há	Somente pesquisa científica
Intervenção Baixa	Média a alta	Pouca ou nenhuma	Pesquisa científica, educação ambiental e visitação controlada
Intervenção Moderada	Média a alta	Permitida	Manejo sustentável dos recursos naturais
Intervenção Alta	Baixa a média	Áreas antropizadas	Instalação de moradias, infraestrutura e exploração mineral etc.

Demais zonas de uma UC

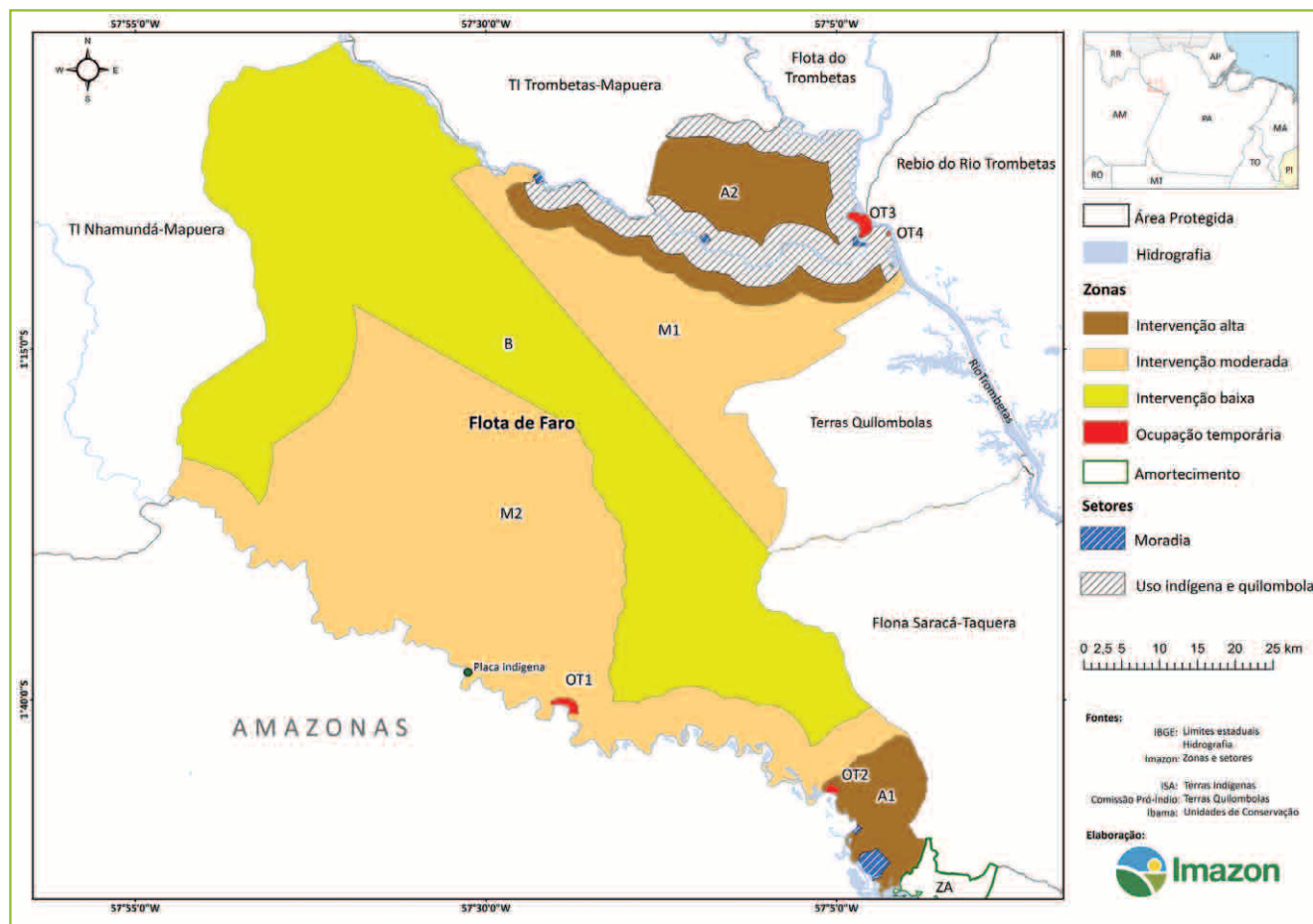
Zona	Objetivo	Ação	Atividades permitidas
Recuperação	Recuperar área degradada da UC	Uma vez recuperada, incorporar a uma zona permanente	Pesquisa científica, Interpretação ambiental, Recuperação de áreas degradadas
Ocupação Temporária	Destinar áreas temporárias para população que está dentro da UC de forma indevida	Alocar as populações que estavam em zonas não permitidas em áreas temporárias	Educação ambiental, Monitoramento ambiental
Amortecimento	Reduzir ao máximo os impactos negativos sobre a UC	Controlar atividades humanas	Atividades econômicas variadas, mas sujeitas a normas e restrições
Conflitante	Estabelecer atividades incompatíveis, como barragem, linhas de transmissão etc.	Manter e proteger a infraestrutura relativa aos empreendimentos de utilidade pública	Manutenção das infraestruturas, Educação ambiental, Pesquisa científica, Monitoramento ambiental

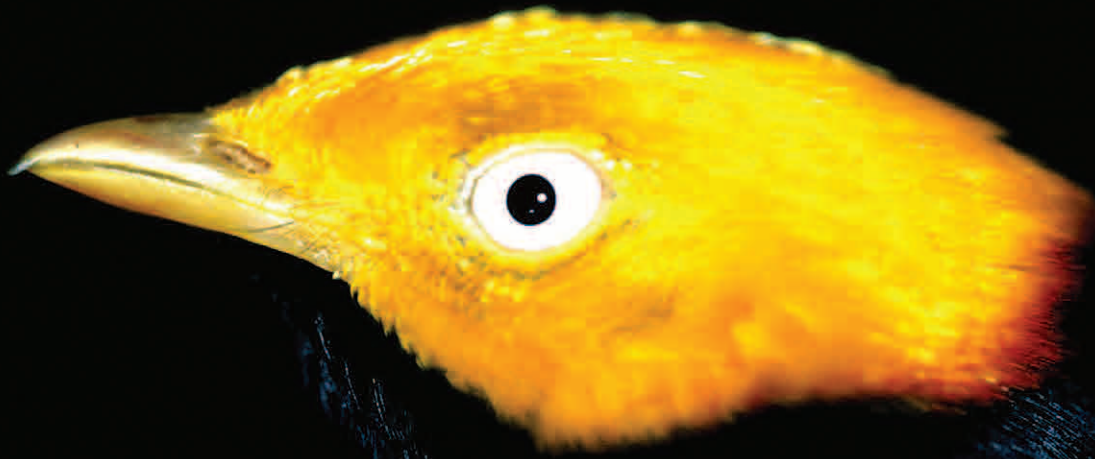
Zoneamento das Flotas da Calha Norte

Os diagnósticos socioeconômicos e biológicos das UCs deram base ao seu zoneamento. Ele foi realizado para planejar e organizar o uso das UCs e está descrito no plano de manejo da unidade. Os zoneamentos das três Flotas foram concluídos e estabeleceram as seguintes zonas, com seus respectivos percentuais do território total das UCs.

Zona	Porcentagem da área total da Flota (%)
Intervenção baixa	40,8
Intervenção moderada	43,9
Intervenção alta	15,1
Ocupação temporária	0,2

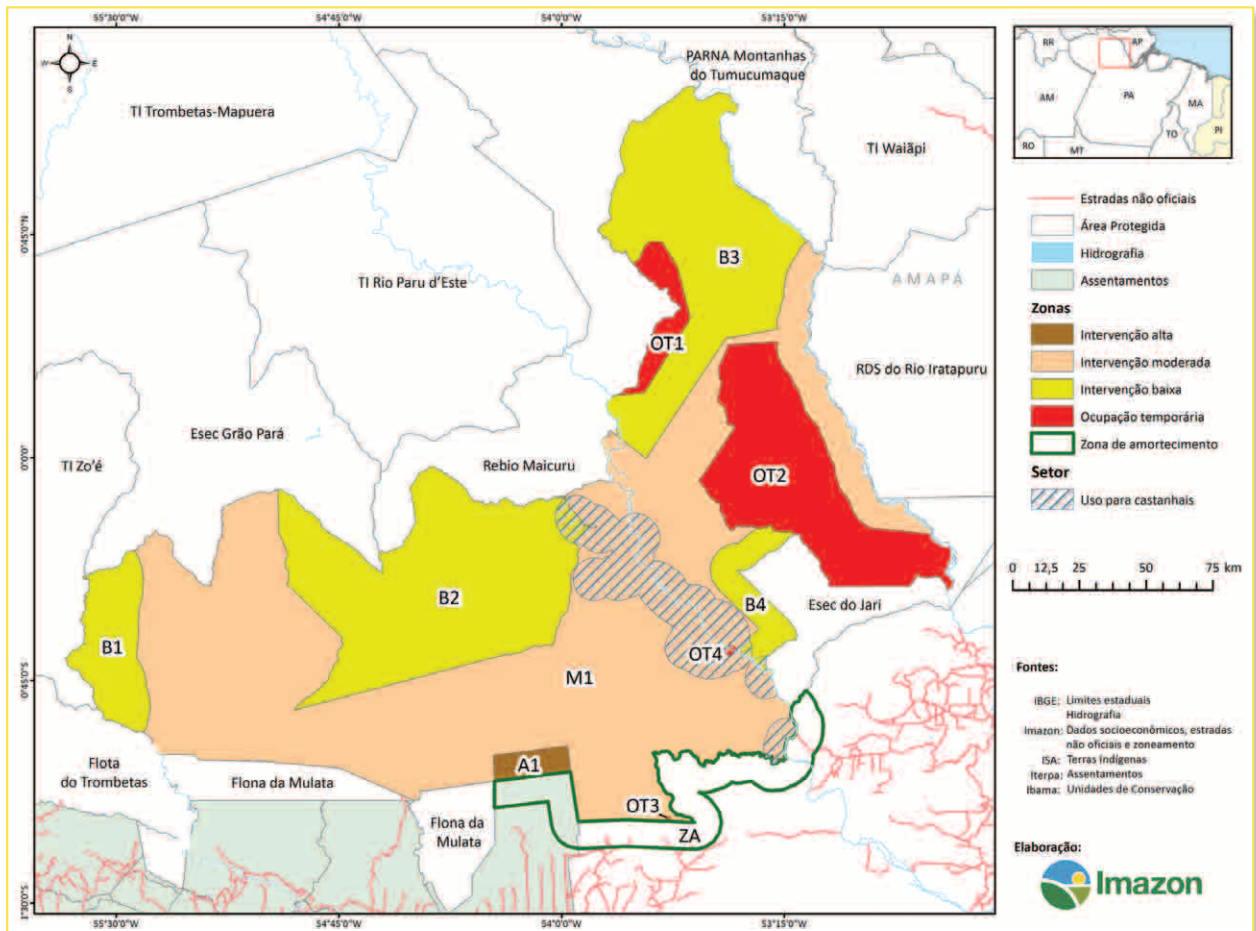
Zonas da Flota de Faro

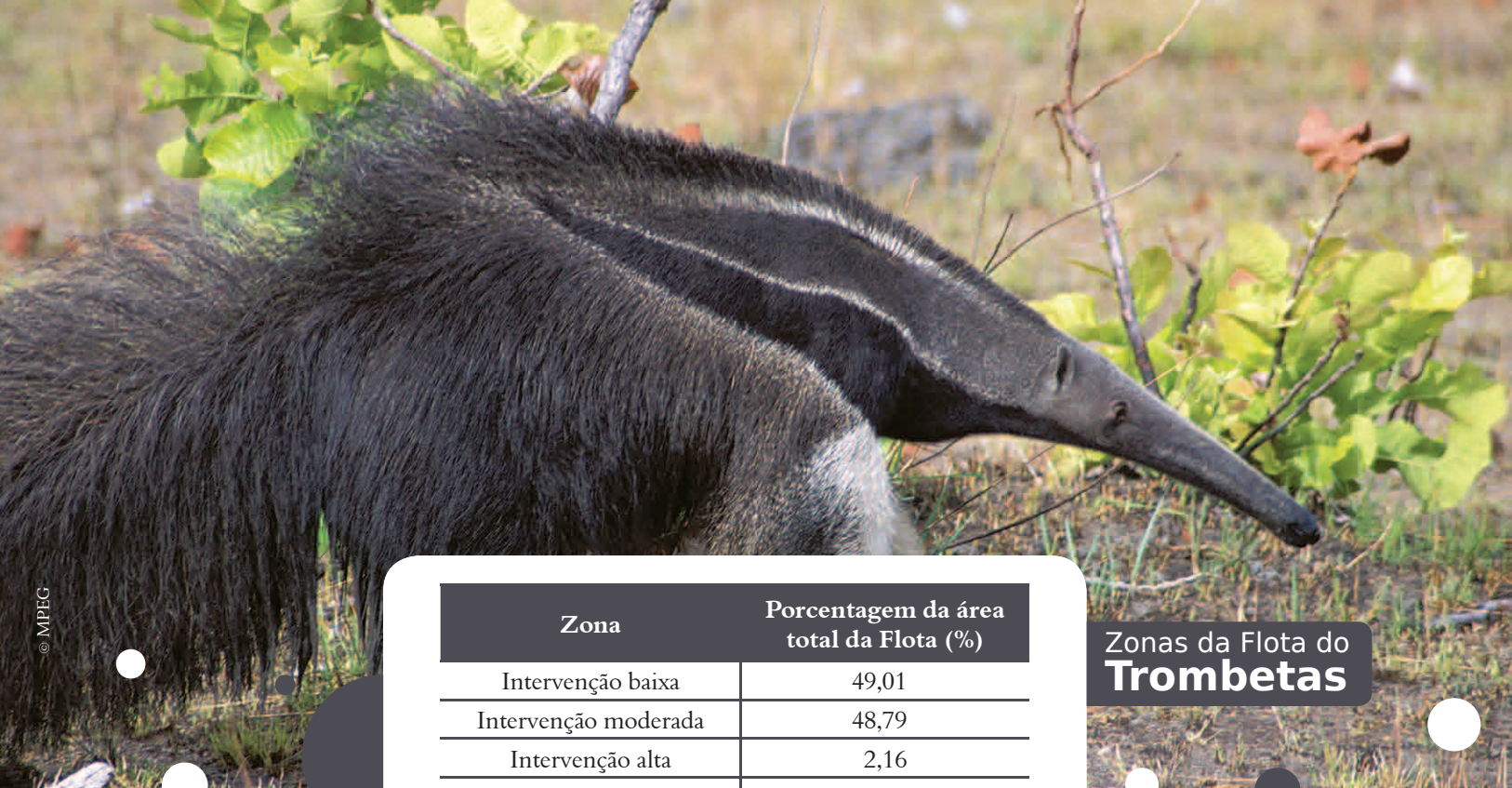




Zonas da Flota do Paru

Zona	Porcentagem da área total da Flota (%)
Intervenção baixa	35,4
Intervenção moderada	52,5
Intervenção alta	0,7
Ocupação temporária	11,4

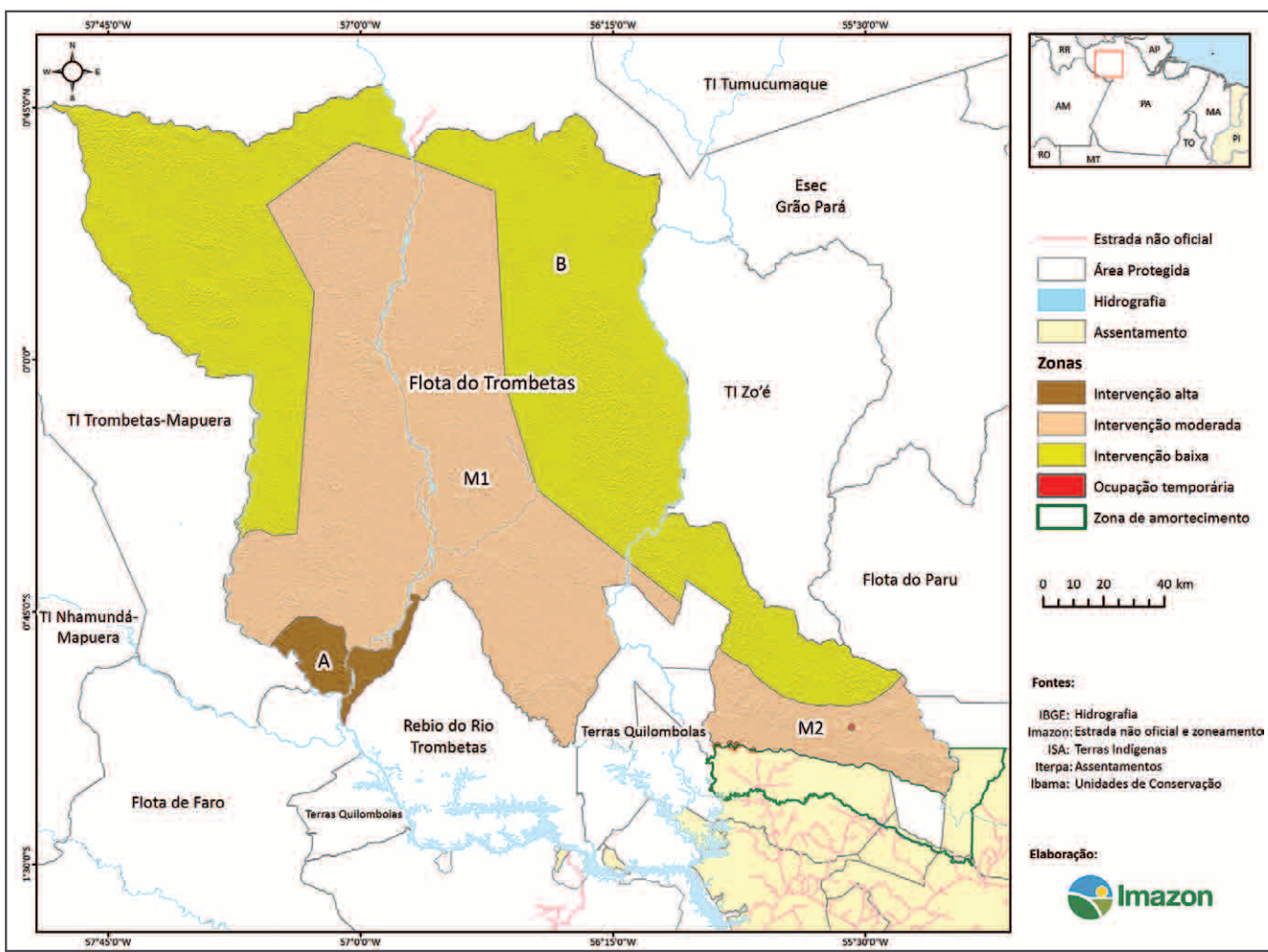




© MPEG

Zona	Porcentagem da área total da Flota (%)
Intervenção baixa	49,01
Intervenção moderada	48,79
Intervenção alta	2,16
Ocupação temporária	0,04

Zonas da Flota do Trombetas



Programas dos Planos de Manejo

O Plano de Manejo de cada UC estabelece programas que representam o planejamento das ações prioritárias para sua implantação em até cinco anos. Essas ações visam alcançar as metas estabelecidas para o primeiro ciclo de

gestão, que no caso das UCs da Calha Norte ocorrerá de 2011 até 2014. Nesse período, serão realizados investimentos na UC de acordo com os programas estabelecidos em seu Plano de Manejo.

Programas dos Planos de Manejo das UCs Estaduais de uso sustentável da Calha Norte

• **Gestão da Unidade:** tem o objetivo de garantir o funcionamento, a organização e controle de processos administrativos e implantar, de forma efetiva, os planos de manejo.

Subprogramas: Administração, Infraestrutura e Equipamentos, Ordenamento Fundiário, Sustentabilidade Financeira e Comunicação.

• **Geração de Conhecimento:** deve gerar o conhecimento ainda não existente sobre aquela UC, preenchendo todas as lacunas sobre ela; monitorar a biodiversidade e o uso dos recursos naturais, contribuindo para a conservação e manejo da unidade.

Subprogramas: Pesquisa, Monitoramento Ambiental.

• **Manejo dos Recursos Naturais:** ocorre nas UCs de uso sustentável. Deve definir ações de gestão para o manejo sustentável dos recursos naturais e elaborar estratégias de valoração desses recursos.

Subprogramas: Manejo dos Recursos Florestais, Manejo dos Recursos Pesqueiros e Serviços Ambientais.

• **Proteção dos Recursos Naturais:** visa garantir a proteção dos recursos naturais.

Subprogramas: Educação Ambiental e Fiscalização e Controle.

• **Uso Público:** definir ações de planejamento para as atividades de uso público.

Subprogramas: Recreação, Lazer, Interpretação Ambiental e Uso Público.

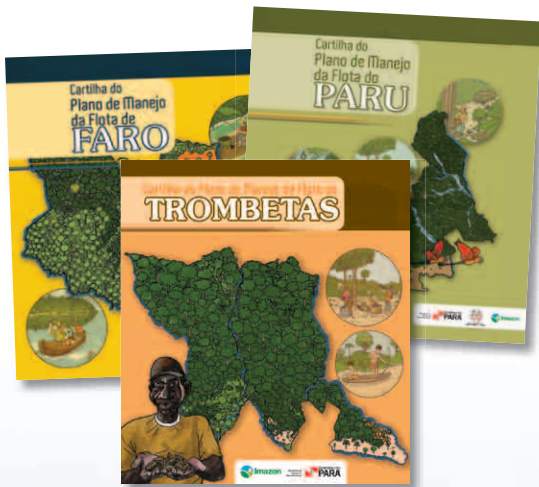
• **Valorização das Comunidades:** definir ações que possibilitem o estímulo e o fortalecimento de organizações sociais e a implantação e/ou melhoria das cadeias produtivas locais.

Subprogramas: Fortalecimento Comunitário e Apoio à Geração de Renda.

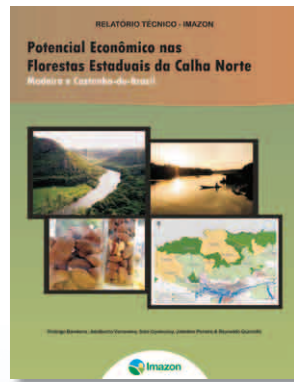
• **Efetividade de Gestão:** definir estratégias, procedimentos e ferramentas para monitorar e avaliar a efetividade de gestão e implantação dos planos de manejos.

Publicações sobre as UCs da Calha Norte

Cartilhas dos Planos de Manejo das Flotas



Potencial Econômico das Flotas



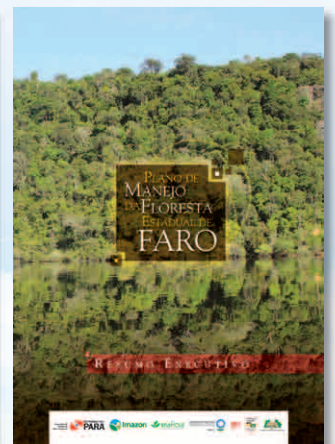
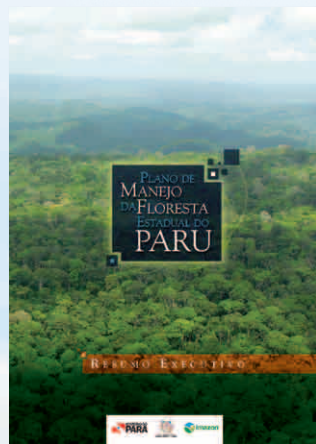
Cartilha das Regras de Uso



Roteiro Metodológico



Resumos Executivos dos Planos de Manejo das Flotas



Outras Áreas Protegidas da Calha Norte



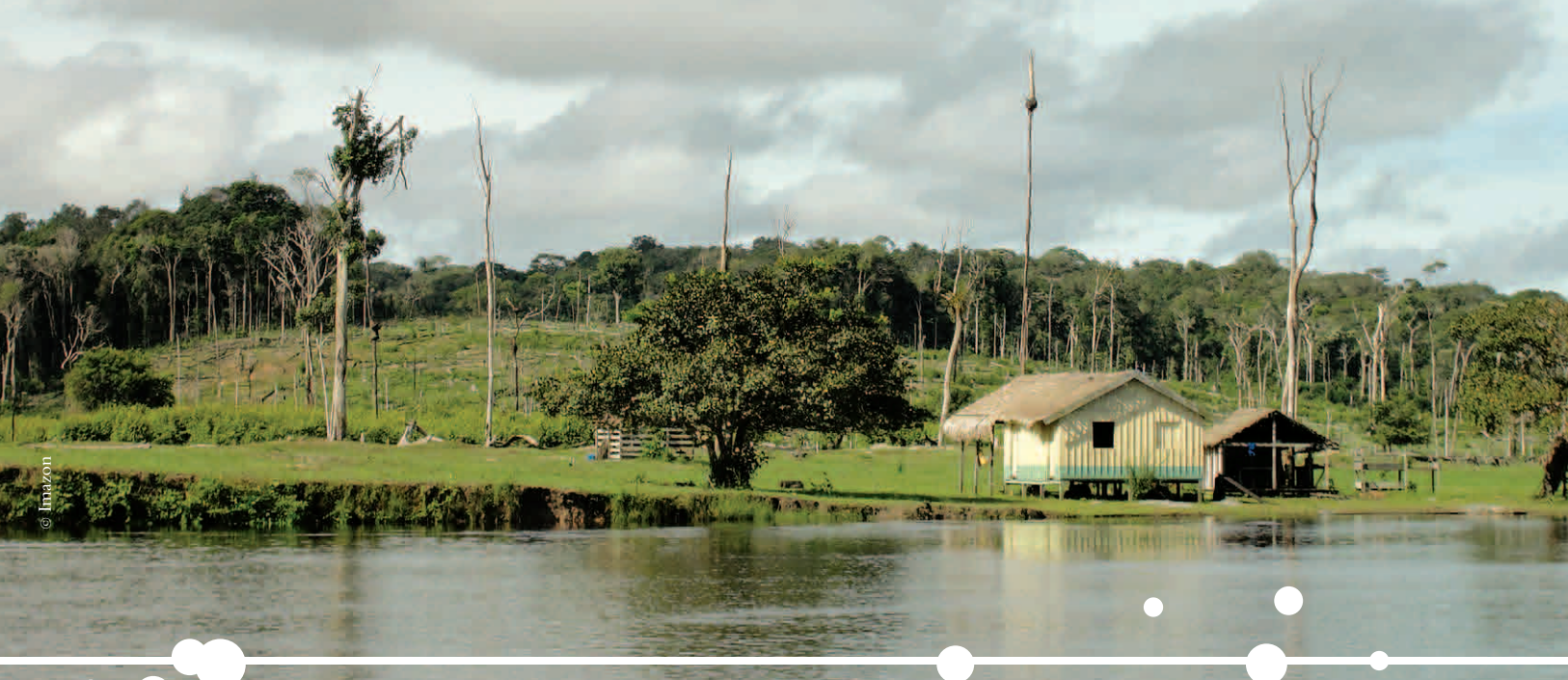
Na Calha Norte do Pará há também mais quatro UCs federais e duas UCs estaduais, bem como cinco TIs e sete TQs:

Unidades de Conservação Federais da Região da Calha Norte do Pará							
Unidade de Conservação	Criação	Responsabilidade	Área (hectares)	Localização (municípios)	Ato Legal de Criação	Plano de Manejo	Conselho Consultivo
Rebio do Rio Trombetas	1979	ICMBio	407.754	Oriximiná (PA)	Decreto nº 84.018 /1979	Sim	Sim
Esec do Jari	1982	ICMBio	231.079	Almeirim (PA), Laranjal do Jari e Mazagão (AP)	Decreto nº 87.092/1982 Decreto nº 89.440/1984	Não	Não
Flona de Mulata	2001	ICMBio	216.601	Monte Alegre e Alenquer (PA)	Decreto s/ nº/2001	Não	Sim
Flona Saracá-Taquera	1989	ICMBio	441.283	Terra Santa, Oriximiná e Faro (PA)	Decreto nº 98.704 /1989	Sim	Sim

Fontes: Instituto Socioambiental (ISA), Imazon e ICMBio.

Unidades de Conservação Estaduais da Região da Calha Norte do Pará							
Unidade de Conservação	Criação	Responsabilidade	Área (hectares)	Localização (municípios)	Ato Legal de Criação	Plano de Manejo	Conselho Consultivo
APA de Paytuna	2001	Sema-PA	56.129	Monte Alegre	Portaria nº 3.712/2008 e 3.712/2009	Não	Sim
PE de Monte Alegre	2001	Sema-PA	5.800	Monte Alegre	Portaria nº 3.157/2010 e 3.717/2010	Não	Sim

Fonte: Sema-PA.



© Imazon

Terras Indígenas da Região da Calha Norte do Pará

Terra Indígena	Criação	Responsabilidade	Área no Pará (hectares)	Localização (municípios do Pará)
Trombetas-Mapuera	2004	Funai – Belém (Pará)	2.155.835	Oriximiná, Faro
Nhamundá-Mapuera	1989	Funai – Belém (Pará)	811.950	Oriximiná, Faro
Zo'é	2001	Funai – Altamira (Pará)	668.565	Óbidos
Rio Paru d'Este	1997	Funai – Macapá (Amapá)	1.195.785	Monte Alegre, Almeirim e Alenquer
Tumucumaque	1997	Funai – Macapá (Amapá)	2.985.016	Óbidos, Oriximiná

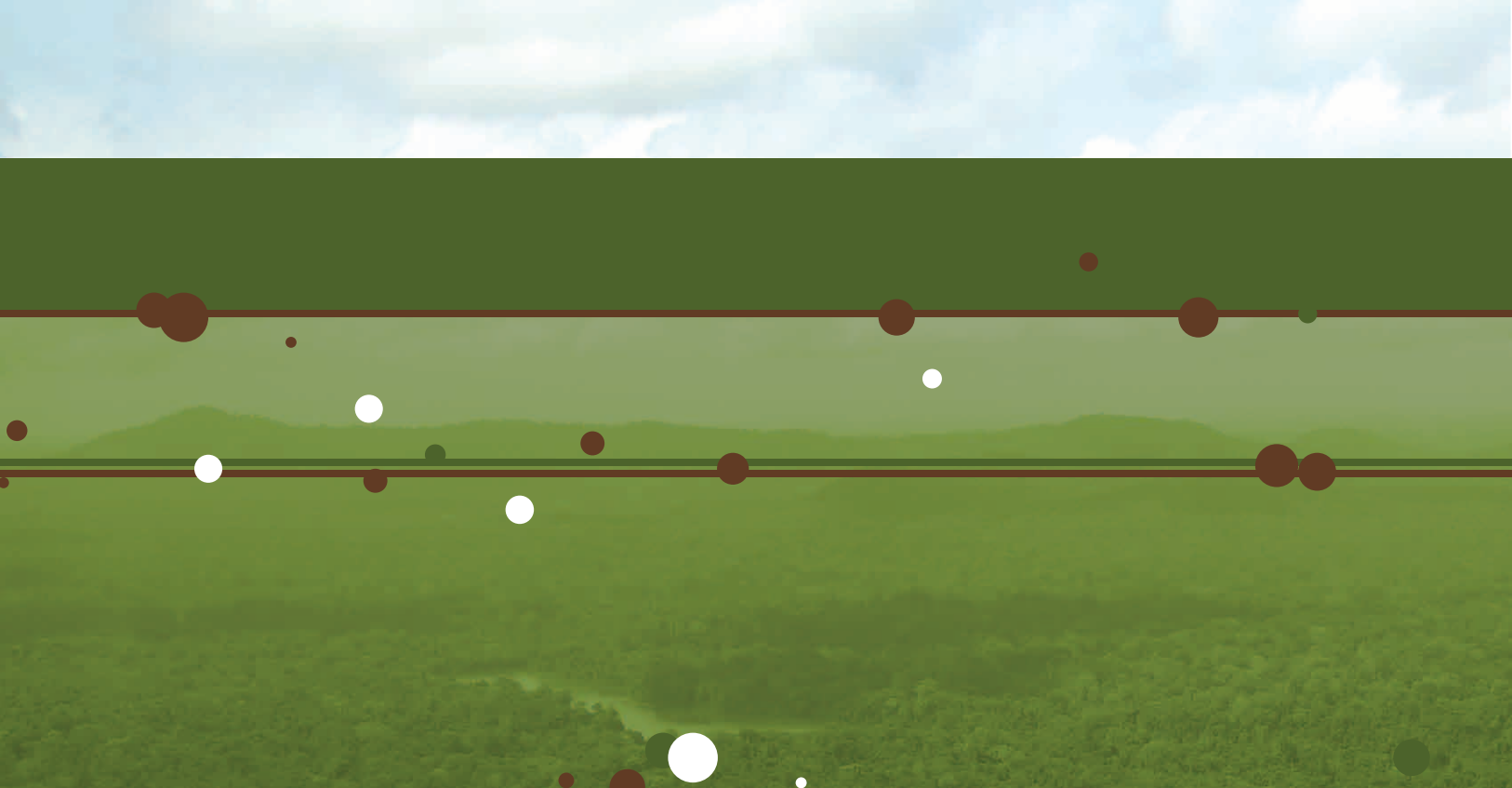
Fonte: ISA e Imazon.

Terras com título coletivo para remanescentes de quilombo da Calha Norte do Pará

Nome	Criação	Órgão Expedidor	Área (hectares)	Localização (municípios)	Comunidades	Famílias
Boa Vista	1995	Inkra	1.125	Oriximiná	Boa Vista	112
Água Fria	1996	Inkra	557	Oriximiná	Água Fria	15
Trombetas	1997	Inkra e Iterpa	80.887	Oriximiná	Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá	138
Erepecuru	1998	Inkra e Iterpa	218.044	Oriximiná	Pancada, Araçá, Espírito Santo, Jauari, Boa Vista do Cuminá, Varre Vento, Acapú	154
Alto Trombetas	2003	Iterpa	61.212	Oriximiná	Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe Cue	182
Cabeceiras	2000	Fundação Cultural Palmares	17.190	Óbidos	São José, Silêncio, Matar, Cuccê, Apui, Castanhaduba	445
Pacoval	1996	Inkra	7.473	Alenquer	Pacoval	115

Fonte: Comissão Pró-índio de São Paulo.





Realização:

Secretaria de
Estado de
Meio Ambiente



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE
CALHA NORTE - PARÁ

Parceiros:



Apoio:



Integração > transformação > desenvolvimento

